de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO Fonte de recurso: 0101 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

Portaria nº 49/2023-DF-SUP FUNDOS; Suprido ADAILSON DOS SANTOS LEAL, CAP PM, MF: 504503701, do efetivo do (a) DGP; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R\$ 1.200,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO Fonte de recurso: 0101 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

Portaria nº 50/2023-DF-SUP FUNDOS; Suprido FERNANDO ALBERTO BILÓIA DA SILVA, CEL PM, MF: 56738101, do efetivo do (a) DGP; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R\$ 3.000,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO Fonte de recurso: 0101 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

Protocolo: 901879

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Pará comunica que realizará o Processo Licitatório abaixo descrito:

Pregão Eletrônico nº 05/2023 – CBMPA, modo de disputa ABERTO/FECHADO, tipo MENOR PREÇO POR GRUPO, valor global máximo estimado R\$ 180.665,75.

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de kit lanche (tipo 1, embalagem contendo 07 itens: sanduíche, suco de fruta, água mineral, biscoito, fruta, paçoca e cereal em barra e; tipo 2: embalagem contendo 02 itens: sanduíche e suco).

Pregoeira titular: MAJ QOBM Renata de Aviz Batista.

Pregoeiro suplente: CAP QOBM Clebson Luiz Costa da Silva.

Data de abertura: 15/02/2023, às 09h30 (horário de Brasília).

Entrega do edital: www.gov.br/compras/pt-br, www.compraspara.pa.gov.br e www.bombeiros.pa.gov.br.

Belém-Pará, 02 de fevereiro de 2023.

HAYMAN APOLO GOMES DE SOUZA – CEL QOBM

Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 901511

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

NOTIFICADA: EXECUTIVA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:06.336.443/0001-34.

Representante legal: Sr. LEONARDO MIRANDA MOTA

Endereço: Avenida Conselheiro Furtado, nº 3959, Bairro: Guamá, Belém/PA

E-mail: executivataec@gmail.com

Considerando a inexecução parcial do objeto do contrato nº 002/2022 – CBMPA, celebrado com a empresa EXECUTIVA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, o Membro da Comissão Fiscalizadora, dentro de suas atribuições legais, resolve NOTIFICAR PELO ATRASO SIGNIFICATIVO NA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, TRAZENDO SÉRIOS PREJUÍZOS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, conforme se segue:

O LEONARDO MIRANDA MOTA, assinou o contrato em 14/01/2022, com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará – CBMPA, cujo o objeto é Contratação de empresa especializada em serviços para execução da obra de construção do quartel do 3º GBM – Rod. Bernardo Sayão (BR 316), Ananindeua/PA, com fornecimento de mão-de-obra e materiais, de acordo com a proposta de preços, planilha orçamentária da empresa, especificações técnicas, projetos e demais elementos que passam a fazer parte deste ato, independente de transcrição e/ou traslado.

Diante de todo exposto, o CBMPA, NOTIFICA a EMPRESA EXECUTIVA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, tendo em vista que a empresa não respondeu as notificação e e-mails enviados pelo fiscal, em que contratada foi notificada a esclarecer os motivos/fatos os quais não informara sobre o atraso significativo na execução do objeto do contrato, sem apresentação de justo motivo em diversos períodos desde o início das notificações, conforme e-mails.

A falta de defesa por parte da notificada, a apresentação fora do prazo concedido ao caso seja a mesma julgada administrativamente improcedente implicará na aplicação das penalidades previstas na Lei Federal Nº 8.666/93, às quais a CONTRATANTE e CONTRATADA estão sujeitas.

Tendo em vista, os fatos acima elencados, requer-se a imediata regularização da situação atraso na execução do serviço objeto do contrato administrativo de acordo com o cronograma físico-financeiro em relação à obrigação prevista na cláusula décima primeira do Contrato Administrativo 002/2022/CBMPA.

Alerto sobre o que dispõem as cláusulas décima segunda do Contrato nº 002/2022/CBMPA que se referem às sanções previstas para o descumprimento de obrigações pela contratada.

Por oportuno, informo que o não atendimento da providência ou o seu atendimento fora das condições contratuais ensejará instauração de procedimento administrativo específico para o exame dos fatos e eventual aplicação das sanções previstas no Contrato nº 002/2022, que terá por base a Lei nº 8.666, de 1993, a Lei nº 9.784, de 1999, bem como a legislação correlata, e será processado de acordo com as seguintes fases: (a) fase preliminar: possibilitar à empresa apresentar justificativas quanto à conduta que ensejou a abertura do procedimento; (b) fase da defesa prévia: não sendo aceitos os argumentos da justificativa será aberto prazo para apresentação de defesa prévia (art. 87, § 2º da Lei nº 8.666, de 1993); (c) fase de aplicação da sanção: se os argumentos presentes na defesa não forem suficientes para afastar a sanção prevista e/ou não forem apresentadas as provas do alegado, a sanção será aplicada pela autoridade competente com abertura de prazo para recurso administrativo; (d) fase recursal: protocolado o recurso, se não reconsiderar a decisão, a autoridade que aplicou a sanção remeterá o recurso à autoridade imediatamente superior para análise e decisão sobre o recurso (art. 109, § 4º da Lei nº 8.666, de 1993). Solicito, que a resposta seja realizada por escrito, instruída com documentos que julgar pertinentes e assinada pelo representante legal da empresa. Por fim, seja encaminhada à autoridade abaixo no endereço Avenida Julio Cezar nº 3000, Val-de-cans, CEP 66.615-055, Sala da Seção de Obras do CBMPA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento deste. Ademais, disponibilizamos os contatos abaixo:

E-mail: felipertm0493@gmail.com e telefone: (91) 98229-8989 do RAIMUNDO FELIPE TAVARES MACIEL - 2º TEN QOBM, Membro da Comissão Fiscalizadora do Contrato.

Protocolo: 901680

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 216/2023-GAB/DGPC/REVOGAÇÃO BELÉM, 31 DE JANEIRO DE 2023.

O Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94.

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 022 de 15/03/1994 e alterações posteriores, que confere ao Delegado-Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO que o Servidor LUIZ GUILHERME MELO RODRIGUES, Investigador de Polícia Civil, matrícula nº 5330858, no dia 23.08.2018, solicitou sua aposentadoria por meio do processo nº 2018/382085;

CONSIDERANDO os termos da portaria de nº 3044/2018-DG-PC, de 07.12.2018, que concedeu ao servidor o direito de aguardar sua aposentadoria sem comparecer ao trabalho, a contar de 07 de dezembro de 2018, CONSIDERANDO ainda, os termos do processo nº 2023/61053, por meio do qual o servidor LUIZ GUILHERME MELO RODRIGUES - Investigador de Polícia Civil, solicita a revogação da portaria de nº 3044/2018-DG-PC, de 07.12.2018, que determinou seu afastamento para aguardar aposentadoria.

R E S O L V E:

I – REVOGAR, a pedido, os termos da portaria de nº 3044/2018-DG de 07.12.2018, que concedeu o direito de AFASTAMENTO PARA AGUARDAR APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, do servidor LUIZ GUILHERME MELO RODRIGUES, INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL, matrícula nº 5330858, a contar de 01.02.2023.

II – Determinar às Diretorias Administrativas e de Recursos Humanos que adotem as providências cabíveis ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Delegado WALTER RESENDE DE ALMEIDA

DELEGADO-GERAL

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Protocolo: 901711

PORTARIA Nº 004/2023-DGPC/PA/DA BELÉM-PA, 30 DE JANEIRO DE 2023.

O Delegado Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições que são conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94.

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 022/94, de 15/03/1994 e alterações, que confere ao Delegado-Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz Administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO o teor do OFÍCIO Nº 002/2022-PA/DA/PC-PA, constante no Processo Administrativo Eletrônico (PAE) nº 2022/917177, por meio do qual o Delegado de Polícia Civil MARCOS ANTONIO DE QUEIROZ LEMOS, na condição de Presidente da Comissão de PA, instituída por meio da Portaria Nº 161/2022-DGPC/PA/DA, solicita substituição de membro na sua composição,